AUTOR: Dep. Maninha
RELATOR: Dep. Rajão
PARECER: FAVORÁVEL
RETIRADO DE PAUTA

34. REQUERIMENTO Nº 381/99

Requer Voto de Aplauso da Câmara Legislativa do Distrito Federal à Comissão Brasileira de Justiça e Paz - CBJP, pelo patrocínio de projeto de lei de iniciativa popular para combater a corrupção eleitoral.

AUTOR: Dep. Chico Floresta
RELATOR: Dep. Sílvio Linhares
PARECER: FAVORÁVEL
APROVADO

EXTRA-PAUTA**01. PROJETO DE LEI Nº 423/99**

Institui a carteira de identidade do portador de marcapasso.

AUTOR: Dep. Sílvio Linhares
RELATORA: Dep. Lúcia Carvalho
PARECER: FAVORÁVEL COM EMENDAS
APROVADO

02. PROJETO DE LEI Nº 1872/01

Torna obrigatório o acompanhamento médico às sessões de bronzeamento artificial.

AUTOR: Dep. Wilson Lima
RELATORA: Dep. Lúcia Carvalho
PARECER: FAVORÁVEL COM EMENDA
APROVADO

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
RESULTADO DA PAUTA DA 1ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA, realizada em 12/03/2001, às 15h45min

1) Definição de calendário de atividades de Reuniões Ordinárias:

As reuniões acontecerão às quartas-feiras quinzenalmente às 14hs.

2) Assuntos gerais:**A) Requerimento de autoria do Dep. Rodrigo Rollemberg**

Requer a realização de audiência pública a ser realizada pela Comissão de Assuntos Sociais destinada a debater os problemas vivenciados pela 3ª idade no DF bem como políticas públicas de promoção dos idosos no DF.
RESULTADO: APROVADO.

B) Requerimento de autoria do Dep. Paulo Tadeu

Requer a realização de uma audiência pública para debater a aplicação dos recursos públicos destinados ao futebol amador do Distrito Federal.
RESULTADO: APROVADO.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA,
ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

CONVOCAÇÃO

O Senhor Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania, Deputado Chico Floresta, no uso de suas atribuições regimentais, convoca os Deputados membros desta Comissão para a 1ª reunião extraordinária, a realizar-se no próximo dia 15 de março, quinta-feira, às 10h, na Sala de Reunião das Comissões, com a seguinte pauta:

- a) Definição do calendário das reuniões ordinárias;
- b) Assuntos gerais.

Brasília, 13 de março de 2001

Chico Floresta -
Presidente da CDHC/EDP

Mesa Diretora

Ato da Mesa Diretora

ATO DA MESA DIRETORA Nº 015, DE 2001.

Regulamenta a realização de serviço extraordinário e o trabalho aos sábados, domingos e feriados.

A MESA DIRETORA DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de seu poder regulamentar, e tendo em vista o que prescreve o art. 7º, IX, XIII e XVI, c/c o art. 39, § 3º da Constituição Federal e os arts. 73 e 75 da Lei federal nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o art. 7º da Lei nº 2.681, de 15 de janeiro de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º A realização de serviço extraordinário atenderá ao seguinte:

I - será admitida apenas aos servidores efetivos do Quadro de Pessoal da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

II - depende de prévia autorização do membro do Gabinete da Mesa Diretora da respectiva área ou do Presidente de Comissão Permanente ou Temporária;

III - restringe-se exclusivamente ao atendimento de situação excepcional e temporária devidamente identificada pela chefia do órgão interessado;

IV - limita-se, por servidor, a 2 (duas) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) mensais e 120 anuais, consecutivas ou não;

V - depende de licença prévia emitida pelo órgão da Câmara responsável pela Medicina do Trabalho quando o serviço extraordinário venha ser realizado por servidor que faça jus ao adicional de insalubridade.

Parágrafo único. O pedido de realização de serviço extraordinário será encaminhado pela chefia do órgão interessado aos indicados no inciso II do caput deste artigo, instruído com:

I - descrição do serviço a ser realizado e justificação quanto à sua necessidade e premência;

II - definição do dia, horário e do servidor que o executará; e

III - aprovação das chefias superiores do solicitante.

Art. 2º Comprova-se a realização do serviço extraordinário mediante assinatura de quem o realizou na folha de ponto do mês correspondente, devidamente atestada pelo chefe imediato, na qual constará o horário de início e fim do serviço executado e, quando realizado nas dependências da Câmara Legislativa incluirá, além das exigências e procedimentos previstos no art. 1º deste Ato:

I - nos dias úteis, declaração expressa do chefe imediato de que o servidor cumpriu integralmente a jornada de trabalho de que trata o art. 68 da Resolução nº 35, de 1991;

II - nos sábados, domingos e feriados:

a) atestado emitido pela Coordenadoria de Segurança informando as datas e horários de entrada e saída do servidor na Câmara; ou

b) cópia autenticada dos respectivos registros do livro de controle de entrada e saída de pessoas desta Casa.

Art. 3º O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

§ 1º Considera-se o valor da hora normal de trabalho o resultado da divisão da remuneração mensal pelo resultado da multiplicação de 30 (trinta) pelo número de horas da jornada de trabalho do servidor.

§ 2º O serviço extraordinário realizado entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte terá cada hora computada como cinquenta e dois minutos e trinta segundos e sua remuneração acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 4º É facultado ao servidor optar pela compensação das horas na proporção de:

Gabinete da Mesa Diretora

ATA DA 4ª REUNIÃO DO GABINETE DA MESA DIRETORA, DE 2001.

I – duas horas de folga para cada hora trabalhada além da jornada normal;

II – um dia de folga para cada período de três horas trabalhadas aos sábados, domingos e feriados, permitida a acumulação de frações de três horas.

§ 1º As folgas de que trata este artigo deverão ser gozadas dentro de cada período aquisitivo de férias, permitida sua utilização imediatamente após o término do período de férias.

§ 2º É de responsabilidade da chefia imediata registrar e controlar a compensação de que trata este artigo e comunicar sua ocorrência ao Setor de Lotação e Movimentação de Pessoal, junto com a folha de ponto mensal.

Art. 5º As unidades da estrutura administrativa, cujas atividades se vinculem diretamente às do Plenário, terão o início e o término da sua jornada de trabalho adaptados pelas respectivas chefias ao horário de realização das sessões.

Art. 6º O serviço extraordinário decorrente de prolongamento imprevisto das atividades de Plenário além da jornada normal de trabalho:

I – limita-se aos servidores das seguintes unidades, em número não superior ao que cumpriam a jornada normal:

- a) Assessoria de Plenário e Distribuição;
- b) Coordenadoria de Comunicação Social;
- c) Coordenadoria de Segurança;
- d) Coordenadoria de Cerimonial, nos casos de sessão solene ou preparatória;
- e) Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário;
- f) Setor de Taquigrafia;
- g) no Setor de Tramitação, Ata e Súmula;
- h) no Setor de Apoio ao Plenário;
- i) no Setor de Protocolo Legislativo;
- j) no Setor de Assistência à Saúde;
- k) no Setor de Transporte; e
- l) na Copa do Plenário.

II – dará direito aos servidores que a ele for convocado à remuneração prevista no art. 3º, facultada a opção pela compensação de que trata o art. 4º;

III – não se aplica o disposto nos incisos II e IV do art. 1º; e

IV – será comunicado pelas chefias imediatas, dentro de 24 (vinte e quatro horas) da sua realização, ao membro do Gabinete da Mesa Diretora da respectiva área, instruído com:

- a) descrição do serviço realizado e justificativa quanto à sua necessidade e premência; e
- b) definição do dia, horário e do servidor que o executou.

Art. 7º O pagamento relativo ao serviço extraordinário dependerá de homologação do Gabinete da Mesa Diretora.

Art. 8º Os servidores ocupantes de cargo em comissão e funções de confiança terão integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados fora do expediente normal, sempre que houver interesse da Administração, sem fazer jus ao Adicional por Serviço Extraordinário ou à compensação de que trata o art. 4º deste Ato.

Art. 9º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10 Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Ato da Mesa Diretora nº 065, de 2000.

Sala de Reuniões, 13 de março de 2001.

DEPUTADO GIM ARGELLO
Presidente

DEPUTADO EDIMAR PIRENEUS
Vice-Presidente

Deputado MARIA JOSÉ MANINHA
Primeiro Secretário

Deputado ADÃO XAVIER
Segundo Secretário

Deputado JOÃO DE DEUS
Terceiro Secretário

Às 15 horas do dia 12 de março de 2001, na sala de Reuniões da Presidência, com a presença dos Senhores: GETÚLIO SOARES NOVAES FROTA, Secretário-Geral; ARLÉCIO ALEXANDRE GAZAL, Secretário Executivo/Vice-Presidência; MOISÉS JOSÉ MARQUES, Secretário Executivo/Primeira Secretária; OSIEL RIBEIRO DA SILVA, Secretário Executivo/Segunda Secretária; JOSÉ ANTONIO PRATES, Secretário Executivo/Terceira Secretária, foram apreciados os itens da pauta de convocação (Memo Circ./008/2001-GMD), deliberados conforme relação a seguir: 1) Processo nº 001.2857/00 – Comissão de Sindicância referente ao servidor Stanley Jacinto Vasconcelos (apura crime contra a honra praticado pela Internet); **Deliberação:** Encaminhar ao Presidente da CLDF com a recomendação de abertura de processo administrativo disciplinar; 2) Processo nº 001.1724/00 – Zínia Figueiredo de A. Araripe (apreciação do Parecer da Procuradoria-Geral da CLDF e análise do relatório da Primeira Secretária); **Deliberação:** Encaminhar ao Conselho de Administração do FASCAL; 3) Processo nº 2902/2001 – Ney Barros Luz (Curso de Pós-Graduação); **Deliberação:** O GMD decidiu, por 3 votos favoráveis (Getúlio, Moisés e Osiel) e 2 contrários (Arlécio e Prates), pela edição de Ato da Mesa Diretora, para deliberação da Mesa Diretora. 4) Processo nº 001.2900/2000 – Diretoria Legislativa (consulta sobre a legalidade do registro das sessões legislativas por meio magnético – apreciação do Parecer da Procuradoria-Geral), objeto da Ata da Terceira Reunião do GMD; 2001 – item extrapauta 03; **Deliberação:** Aprovar o Parecer nº 288/00 da Procuradoria-Geral; 5) Processo nº 001.1962/2000 – Setor de Transporte (pagamento de taxas referentes a multas pelo estacionamento de veículos da CLDF) – apreciação do Relatório Final da Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial e do Parecer da Procuradoria-Geral da CLDF; **Deliberação:** Vistas para o Secretário Executivo/Vice-Presidência, até a próxima reunião do GMD; 6) Processo nº 000.815/97 – Projeto de Resolução – (cria vagas para os cargos de Assistente Técnico, categoria fotolitografista); **Deliberação:** Encaminhar à Mesa Diretora com proposta de aprovação; 7) Projeto de Resolução – (cria vagas na estrutura administrativa da Câmara Legislativa do DF para o cargo de Assessor Técnico, categoria Revisor Taquigráfico); **Deliberação:** Vistas para o Secretário Executivo/Terceira Secretária; 8) Minuta de Ato da Mesa Diretora – Regulamenta a realização de serviço extraordinário no âmbito da CLDF (Lei nº 2.681/2001, de 15 de janeiro de 2001); **Deliberação:** Aprovado por unanimidade. 9) Processo nº 001.2684/2000 – Dagomar Henriques Lima (requer pagamento de diferenças e atrasados referente a conversão da URV para o percentual Real, no percentual de 11,98%) – apreciação do Parecer da Procuradoria-Geral; **Deliberação:** Aguardar a deliberação do Processo nº 449/01; 10) Processo nº 001.0449/01 – Projeto de Resolução – autoriza a incorporação da diferença de 11,98% nos vencimentos dos servidores da CLDF (a exemplo do que ocorreu no Congresso Nacional); **Deliberação:** À Procuradoria-Geral para definir o instrumento legal para viabilizar o pagamento e concomitantemente à DAF para emitir parecer técnico sobre os reflexos quanto à lei de responsabilidade fiscal. 11) Processo nº 001.1336/95 – requerimento da servidora SHELMA REGINA C. CAVALCANTE para concessão de quintos (apreciação do Parecer da Procuradoria-Geral); **Deliberação:** Vistas para o Secretário Executivo/Primeira Secretária; 12) Processo nº 001.2736/00 – Ex-Deputado Peniel Pacheco (solicita parcelamento de débito referente a excesso de ligações telefônicas) – apreciação da manifestação da Procuradoria-Geral, conforme deliberação do item 12, da Ata da 3ª Reunião do Gabinete da Mesa Diretora; **Deliberação:** Vistas para o Secretário Executivo/Vice-Presidente; 13) Requerimento nº 1516/2001 – solicita seja autorizada a filmagem das sessões da Câmara Legislativa de dentro do Plenário; **Deliberação:** O GMD decidiu, por 4 (quatro) votos favoráveis (Getúlio, Moisés, Osiel e Prates) e um contrário (Arlécio), encaminhar à Mesa Diretora com proposta de aprovação; 14) Minuta de Convênio entre a Câmara Legislativa do DF e o Sindicato dos Jornalistas, UnB, Uniceub e IESB sobre estágio de estudantes de Comunicação Social na Câmara Legislativa; **Deliberação:** Ao Secretário Executivo/Primeira Secretária para elaborar nova minuta contemplando outros cursos para estágios na CLDF; 15) Processo nº 0049/2001 – Coordenadoria de Comunicação Social (serviço extraordinário ao exercício de 2001); **Deliberação:** Vistas para o Secretário Executivo/Vice-Presidência; 16) Minuta de Ato da Mesa Diretora – Disciplina o registro de presença dos parlamentares às sessões plenárias e dá outras providências; **Deliberação:** Encaminhar à Mesa Diretora com proposta de aprovação; 17) Memo Sec. Exec/2ª Sec. 013/2001 – Secretário Executivo/Segunda Secretária (comunica permuta de espaço físico entre o FASCAL e a Comissão dos Anais); **Deliberação:** O GMD tomou conhecimento; 18) Memo nº 003/2001/CDC – Coordenadora da Comissão de Defesa do Consumidor (solicita liberação de quotas reprogramáticas, telefonia DDD e correios); **Deliberação:** À DAF para instruir, contemplando todas as comissões criadas; 19) Projeto de Resolução nº 052/96 – Autor: Deputada Lucia Carvalho (dispõe sobre a aplicação dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e economicidade para o exercício de funções de confiança e o provimento de cargos em comissão da estrutura administrativa da CLDF); **Deliberação:** Vistas ao Secretário Executivo/Terceira Secretária. 20) Projeto de Resolução nº 044/96 – Autor: Deputado Benício Tavares (dispõe